

Projeto do 'Centrão' é entregue por Daso a Ulysses com 319 assinaturas

BRASÍLIA — Com 319 assinaturas, o "Centrão" entregou ontem à Mesa da Constituinte o projeto de resolução que propõe alterações no Regimento Interno da Constituinte. O Presidente da Assembleia, Deputado Ulysses Guimarães, afirmou que vai dialogar com todos os líderes do grupo e com as lideranças formais da Constituinte na tentativa de chegar a uma proposição de consenso, que permita alterar o Regimento. O objetivo é acelerar o processo de votação em plenário e viabilizar os grandes acordos, necessários na última etapa dos trabalhos.

A entrega formal do projeto de resolução foi feita pelo Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) que antes fez a leitura do "Manifesto à Nação", que marca o início da atuação formal do bloco na Constituinte. Diante de um plenário praticamente lotado, o parlamentar encaminhou o documento com as 319 assinaturas.

Daso Coimbra fez a leitura da proposta de alteração do Regimento, visando as votações do anteprojeto pelo plenário no primeiro e segundo turnos. Pela proposta, o Regimento seria modificado para viabilizar a apresentação de emendas, por título, capítulo ou seção, ao anteprojeto aprovado pela Sistematização, desde que assinadas pela maioria do plenário, ou seja, 280 constituintes.

Assim que Daso Coimbra terminou de ler a proposta do "Centrão", o Vice-Líder do PT, Deputado José Genóino, levantou duas questões de ordem. Ele quis saber da Mesa se existiam outros projetos de resolução, com o mesmo objetivo, tramitando na Constituinte e qual o tratamento a ser dispensado a eles, além de perguntar como vai tramitar a proposta do "Centrão".

Ulysses disse que, em relação à



Cardoso Alves e Lourenço na entrega do projeto

primeira questão, havia o projeto de resolução do Líder do PL, Deputado Alvaro Valle, que tramitará anexado à proposta do "Centrão". Quanto à segunda indagação, o Presidente da Constituinte esclareceu que a tramitação da proposta do bloco seguirá o previsto no Regimento: será publicado, os avulsos serão distribuídos, serão abertos prazos para emendas, a Mesa dará um parecer e, finalmente, será encaminhado ao plenário para deliberação.

— Seguirei o Regimento religiosamente — disse Ulysses. — Serei um sacerdote, pelo menos isso eu posso prometer.

Ulysses afirmou ainda que fizera todo o esforço para chegar a um entendimento sobre uma eventual modificação no Regimento.

— E vou esgotar todas as possibilidades para garantir a votação deste projeto o mais breve possível. A falta de um acordo, neste momento, não repercutiria bem para a Constituinte. Esta proposta não deve criar empecilhos, mas transformar-se em uma proposição de consenso.

Apresentação do projeto mostra a força do novo grupo na Constituinte

BRASÍLIA — A apresentação do projeto de resolução do "Centrão" visando à alteração do Regimento Interno da Constituinte teve como principal objetivo uma demonstração da força do grupo, que atingiu ontem 313 adesões. A partir de agora, entretanto, os líderes do grupo cogitam negociar com os "progressistas" já admitindo a exclusão das emendas substitutivas por Títulos. Mas eles não abrem mão das emendas por Capítulos, capazes de proporcionar a elaboração de projetos globais dentro de cada tema.

A alternativa de apresentação de emendas por Seções, lembrada pelo Presidente Ulysses Guimarães e aceita pela cúpula do PMDB, não foi bem recebida pelo grupo na última reunião antes da apresentação do projeto. Eles lembraram que nem todos os Capítulos têm Seções. Mas a idéia não está totalmente descartada, já que permite a elaboração de projetos globais pelo menos para alguns temas.

O Deputado Affif Domingos (PL-SP) confirmava que, em princípio, o grupo manteria a sua proposta intacta. Mas acrescentava que poderia ocorrer uma negociação num segundo momento:

— O que precisamos é de uma fórmula que permita a apresentação de emendas globais por assunto. Hoje, na votação da reforma agrária, tivemos problemas justamente porque isto não era possível.

O Deputado Luis Eduardo (PFL-BA) seguia a mesma linha, ou seja, abria espaços para uma negociação, mas não se afastava das prioridades do grupo:

— O caminho é a negociação. Vamos nos entender. Mas emendas só por artigo não é possível. Por Seções podemos estudar.

Mas a principal preocupação dos líderes do "Centrão" ontem era mostrar a força do grupo e pressionar o Presidente Ulysses Guimarães para que o projeto de resolução seja votado em curto prazo. O coordenador da coleta de assinaturas, Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), finalmen-

te mostrou à imprensa a lista com as 313 assinaturas — 133 no PMDB, 118 no PFL, 30 no PDS, 16 no PTB e 17 entre os pequenos partidos. Os Estados que mais contribuíram foram São Paulo e Minas Gerais, com 68 adesões cada um.

Daso Coimbra também divulgou o Projeto Brasil, que estabelece a estrutura organizacional do "Centrão". O grupo tem um Conselho, formado por 13 membros, responsável pelas diretrizes e decisões, a Secretaria Executiva e as Coordenações de Plenário, Mobilização e Temática. No total, são 86 membros, todos com funções específicas.

A Coordenação de Plenário compete comandar o direcionamento das votações em plenário. A Coordenação de Mobilização compete garantir a presença de todos os parlamentares em plenário durante as votações. A Coordenação Temática seleciona e produz textos constitucionais indispensáveis à consecução dos objetivos do Projeto Brasil.

Os líderes do "Centrão" não acreditam na hipótese de o Presidente da Constituinte protelar por um mês a votação do projeto.

— Não creio que ele vá fazer isto, porque poderá obter uma reação do grupo em plenário, gerando uma obstrução que é ruim para todos — argumentava Luis Eduardo.

O Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) repetia quase as mesmas palavras:

— Ele não vai se insurgir contra uma maioria de 280, porque aí esta maioria se insurge contra ele.

Entre os "progressistas", o vice-líder do PT, José Genóino (SP), anunciava formalmente a tática do seu partido para atrasar a votação do projeto de resolução do "Centrão". A liderança do PT lembra que a intenção de efetuar alterações no Regimento Interno é um direito legítimo de qualquer Constituinte. Mas é direito igualmente legítimo a garantia do respeito integral às normas regimentais, em especial no tocante às etapas e prazos inerentes ao processo de modificação do próprio Regimento Interno.

Manifesto pede Carta moderada

BRASÍLIA — Depois de sucessivas derrotas na votação do Capítulo sobre reforma agrária, o "Centrão" — grupo de "moderados" de diversos partidos — divulgou um "Manifesto à Nação" justificando sua intenção de reformar o Regimento Interno da Constituinte. O grupo argumenta que, "a persistir a atual sistemática de trabalho, subordinada a fatores casuísticos e transitórios, corremos sério risco de continuar a Nação paralisada, à espera de definições institucionais que lhe imprimam confiança, segurança, eficiência e tranquilidade".

O "Centrão" ressalta que a situação do País "é motivo de preocupação de todos que se sentem responsáveis pelo destino da Nação brasileira, principalmente dos detentores de mandato popular. O País espera uma Constituição moderna e duradoura que lhe assegure uma política de desenvolvimento com liberdade, cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa da pessoa humana como força propulsora do progresso".

Grupo centrista expressa suas posições divulgando manifesto à Nação

‘A situação do País é motivo de preocupação de todos que se sentem responsáveis pelo destino da Nação brasileira, principalmente dos detentores de mandato popular.

‘O País espera uma Constituição moderna e duradoura, que lhe assegure uma política de desenvolvimento com liberdade, cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa da pessoa humana como força propulsora do progresso, e na igualdade de oportunidade como fundamento de uma vida digna e pacífica para todos.

‘A persistir a atual sistemática de trabalho, subordinada a fatores casuísticos e transitórios, corremos sério risco de continuar a Nação paralisada, à espera de definições institucionais que lhe imprimam confiança, segurança, eficiência e tranquilidade.

dade.

‘O tempo é de ação da maioria da Assembleia Nacional Constituinte, maioria que representa, efetivamente, o espírito e o retrato da sociedade moderada que a elegeu.

‘É preciso resgatar os compromissos de bom senso e coerência assumidos com a sociedade durante a campanha eleitoral, despreocupados com rótulos. É necessário prover o País de um texto constitucional claro e flexível, que reduza os tentáculos do Estado, crie abertura para maior participação de todos na gerência dos negócios públicos, enseje meios de ampliação das oportunidades de bem-estar social, através da liberdade de empreender pessoalmente e de investir empresarialmente, gerando frutos para os trabalhadores brasileiros, bem como para toda a nossa população.

‘Assim, visando tranquilizar a Nação, a maioria absoluta dos constituintes, independentemente de siglas partidárias, afirmações ideológicas, regionais ou pessoais, sem compromisso coletivo com sistema de governo ou vinculação com qualquer grupo ou instituição externa ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte e sem pretender a substituição global do projeto ora em votação na Comissão de Sistematização, propõe, como meio de realizar seus propósitos, a reforma do Regimento Interno, única forma de fazer respeitar e cumprir o mandato que o povo lhe confiou. Compromete-se, portanto, a maioria, entre si e perante este povo, a coordenar seus esforços com diligência incansável, para dotar o País de uma Constituição digna da sua grandeza histórica’.

Sarney inicia ofensiva pelos 5 anos

Telefoto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney iniciou ontem uma ofensiva para tentar inverter a tendência favorável ao mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização. Pelo telefone, fez apelos ao Senador Wilson Martins (PMDB-MS) e aos Deputados José Thomaz Nonó (PFL-AL), Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e José Jorge (PFL-PE) para que votem pelos cinco anos, argumentando que a gravidade da crise econômica não recomenda a realização de eleições no próximo ano. Convidou ainda o Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para uma conversa no Palácio da Alvorada.

— Inocêncio, preciso que você me ajude nessa questão do mandato. Já me manifestei pelos cinco anos porque acho que o País ainda não terá no próximo ano superado a crise econômica para que sejam realizadas as eleições — disse ao Deputado Inocêncio de Oliveira.

— Presidente, o senhor sabe que eu sou muito ligado ao Senador Marco Maciel. Mesmo assim, eu já havia empenhado minha palavra de que votaria nos cinco anos. Nisso o senhor pode contar comigo — respondeu o parlamentar.

— Eu sei também que você tem uma boa liderança aí na Sistematização e poderia me ajudar convencendo outros companheiros — argumentou Sarney.



Sarney deixa o Planalto após um dia de gestões

Mais tarde, Inocêncio de Oliveira disse que a primeira parte do apelo do Presidente seria atendida, mas a segunda não. O parlamentar explicou que sua ligação com Marco Maciel o impedia de pedir votos em favor dos cinco anos na Comissão.

De manhã, o Presidente Sarney já telefonara ao Senador Wilson Martins (PMDB-MS), pedindo o mesmo.

— Sim, mas eu sou parlamentarista. O senhor sabe? — reagiu o Senador.

— Isso é para outra etapa — respondeu o Presidente.

Na ofensiva para aprovar os cinco anos de mandato, Sarney adiou a

viagem que faria amanhã ao Ceará e Piauí e recomendou aos Ministros Prisco Viana (Habitação), Iris Rezen de (Agricultura), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) que permanecessem em Brasília até a decisão da Comissão. Os quatro ministros são peças importantes nessa estratégia do Planalto.

A estratégia de Sarney, segundo um assessor do Palácio, não se esgota na Sistematização: qualquer que seja o resultado na Comissão, o Presidente está disposto a intensificar o trabalho de persuasão junto aos constituintes, visando o plenário.

Já a iniciativa de convidar o Senador Afonso Arinos para uma conversa no Alvorada sugere a seus assessores mais próximos que o Presidente teria cedido às ponderações para que negocie, em troca do mandato de cinco anos, a implantação gradativa do parlamentarismo.

— Até hoje, ninguém pode afirmar que o Presidente Sarney pediu votos para seu mandato. Mas, a partir de agora, o negócio é com ele, que está decidido a fazer o corpo-a-corpo — disse um assessor, desconhecendo o teor das conversas do Presidente.

A palavra-de-ordem do Planalto desde ontem é trabalhar pela aprovação dos cinco anos de mandato para Sarney. Segundo um assessor, onde quer que esteja no próximo fim de semana, Sarney estará em contato direto com as lideranças mais expressivas da Comissão. Nesse contexto, não está afastada a hipótese de um encontro com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Ulysses não tem se esforçado pela aprovação do mandato de cinco anos, que defendeu com vigor até dois meses atrás. Segundo parlamentares de sua confiança, o trabalho dele até aqui se resumiu ao discurso em defesa da tese, sem pedir votos.

Arinos acha que a eleição é inevitável

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), considera inevitável a eleição para Presidente da República no próximo ano. Para ele, mesmo com o advento do parlamentarismo, eleição presidencial no Brasil é sinônimo de democracia.

Acrescentou que essa eleição em 1988 vai criar um problema para os parlamentaristas e para a Constituinte: a antecipação da campanha eleitoral, com o lançamento das candidaturas. Por isso acha necessário desmentir alguns argumentos dos presidencialistas.

Na sua opinião, o Presidente eleito no sistema parlamentarista terá poderes importantes não sendo, como dizem, uma "rainha da Inglaterra". A derrota do voto distrital não inviabiliza o sistema, acrescentou. Destacou também que se não há hoje partidos fortes no Brasil, a culpa é do próprio sistema presidencialista.

— Por que ninguém diz que o futuro Primeiro Ministro representará 60 milhões de votos e o Poder democrático? Todos só se lembram de dizer que o Presidente eleito com 60 milhões de votos não terá poderes — assinalou Arinos.

O Presidente da Comissão de Sistematização destacou ainda que a possibilidade de se convocar a eleição presidencial para ano que vem, em qualquer sistema de governo que venha a ser aprovado, está crescendo em função da paralisação do Governo.

Concluiu afirmando que os parlamentaristas devem votar pela implantação imediata do sistema, mas que é necessário escolher uma boa tática para evitar que os presidencialistas consigam fazer prevalecer a sua posição na Constituinte.